



A REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAMPESINATO ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL

Rômulo Luiz Silva Panta¹-

romulospanta@yahoo.com.br - UFPB

Ivan Targino Moreira²-

ivantarginomoreira@yahoo.com.br - UFPB

RESUMO: Nas últimas décadas, um relevante e volumoso acervo de pesquisas sobre a questão agrária no Brasil tem dado atenção especial à criação dos assentamentos rurais. Essas pesquisas enfocam as diversas dimensões dos assentamentos, concentrando-se mais efetivamente sobre o processo de territorialização e de reforma do território. Contudo, quando se analisa a dinâmica interna dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, verifica-se que o acesso à terra, ou seja, a territorialização do campesinato é apenas o primeiro passo no processo da recriação camponesa. Com efeito, a luta pela sobrevivência e permanência dos camponeses no campo, não acaba após a criação dos assentamentos. Esta pesquisa objetiva analisar o processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato nos assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé-PB. No tocante à metodologia, a proposta se orienta pelo materialismo histórico e dialético como método de interpretação da realidade. O recorte territorial compreende seis assentamentos rurais da Reforma Agrária localizados em Sapé-PB (Santa Helena, Boa Vista, Rainha dos Anjos, 21 de abril, Nova vivência e Padre Gino), onde pesquisamos 30% das famílias ampliadas constantes nos assentamentos. Na pesquisa verificamos o processo de reprodução intergeracional do campesinato assentado, os mecanismos internos de conformação do desenho populacional intergeracional, as dinâmicas territoriais exercidas pelo segmento ampliado e as tensões geradas a partir da pressão demográfica nas unidades de produção camponesa de base familiar, e as múltiplas formas, relações e os processos de aderência do campesinato assentado com a exploração do território e da força de trabalho pelo capital.

Palavras Chave: Reprodução; Campesinato; Reforma Agrária; Capital

ABSTRACT: In recent decades, a relevant and voluminous body of research on the agrarian issue in Brazil has given special attention to the creation of rural settlements. These surveys focus on the various dimensions of settlements, focusing more effectively on the process of territorialization and territorial reform. However, when analyzing the internal dynamics of the rural settlements of the Agrarian Reform, it is verified that access to land, that is, the territorialization of the peasantry, is only the first step in the process of peasant recreation. Indeed, the struggle for survival and permanence of peasants in the countryside does not end after the creation of settlements. This research aims to analyze the process of intergenerational socio-territorial reproduction of the peasantry in the rural settlements of the Agrarian Reform in Sapé-PB. Regarding methodology, the proposal is guided by historical and dialectical

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB

² Doutor em Economia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, França- Professor da UFPB.



materialism as a method of interpreting reality. The territorial cut comprises six rural Agrarian Reform settlements located in Sapé-PB (Santa Helena, Boa Vista, Rainha dos Anjos, April 21, Nova Vivência and Padre Gino), where we surveyed 30% of the extended families in the settlements. In the research, we verified the intergenerational reproduction process of the settled peasantry, the internal mechanisms of conformation of the intergenerational population design, the territorial dynamics exerted by the expanded segment and the tensions generated from the demographic pressure in the family-based peasant production units, and the multiple forms, relationships and processes of adherence of the settled peasantry with the exploration of territory and labor force by capital.

Keywords: Reproduction; Peasantry; Land reform; capital

Introdução

A finalidade institucional do programa de Reforma Agrária é dedicar-se à territorialização da família nuclear. Neste contexto, não se contempla os desdobramentos advindos após a criação dos assentamentos, nas esferas sociais, econômicas (produtiva e comercial) e reprodutiva, no que se refere à dinâmica demográfica e a intergeracionalidade, sendo esta última tipificada a partir do processo de derivação permanência do campesinato, de diferentes gerações, na terra.

Em nossas pesquisas visualizamos fortemente o processo de reprodução e permanência intergeracional do campesinato, o que contraria a literatura social da questão agrária e a visão fatalista da ortodoxia marxista, que preconiza a fragmentação e aniquilação dessa formação com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e das relações de trabalho no campo. A reprodução do segmento intergeracional se apresenta, tanto como resultado do próprio programa de Reforma Agrária, bem como um contingente de força de trabalho disponível na unidade de produção. Ele expressa-se como um processo “conflitivo”, pois o próprio programa não tem previsibilidade dessa dinâmica.

O segmento intergeracional está diante das dinâmicas dialéticas de resistência/permanência e reprodução ampliada do campesinato, frente aos processos de subordinação e expropriação dada a estranheza das possibilidades e limitações do próprio programa, que, circunstancialmente, tanto permitem sua permanência, como a posição contrária, que não o absorve. Tal contexto justifica o estudo dada a possibilidades de leituras e compressões contidas no processo de reprodução, ora focado na perspectiva intergeracional.

Assim, tentar entender os processos socioreprodutivos e contradições contidas e derivadas a partir dele, tornou-se objeto deste trabalho. O presente trabalho é parte de uma pesquisa de tese em geografia, que trata da análise sobre o processo da reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato dos assentamentos rurais da Reforma Agrária.



Nossas compreensões partiram da análise do próprio desenho da composição populacional familiar que se derivou do programa.

O segmento intergeracional, está inserido em um paralelismo social onde tanto se expressa enquanto modelagem mais flexível para o processo de reprodução interna, bem como está em uma posição locacional favorável ao processo de reprodução ampliada do capital. Assim, a existência de um contingente populacional, que se constitua como força de trabalho formado internamente é condição para que a engrenagem de sua reprodução ampliada se realize.

Referencial Teórico

Trouxemos, como corpus teórico, os fundamentos marxistas que versam sobre a questão agrária e, o processo de confronto ao capitalismo. Tal perspectiva tem, em seu rol de compreensões, elementos como o problema da renda da terra, do monopólio do território e das relações sociais de produção, bem como os processos contraditórios de recriação e reprodução do campesinato no transcurso histórico da formação social capitalista.

Apresentaremos, aqui, de forma sucinta, as principais correntes teóricas e conceitos que norteiam as análises e a construção desse trabalho. Inicialmente, partimos das perspectivas marxistas ortodoxa e heterodoxa. Na ortodoxia, cujo tronco teórico é desenvolvido a partir da compreensão clássica de dois expoentes, destacamos os autores Kautsky (1986) e Lênin (1982). Tais estudiosos, em suas teorias, preconizam que o desenvolvimento do capitalismo levará à inevitável desintegração do campesinato via territorialização do capital.

Em suma, tanto Lênin como Kautsky seguiram a leitura unilinear de Marx sobre a desintegração do campesinato em consonância com a corrente de pensamento marxista ortodoxo, que era o pensamento dominante no período histórico em que as obras foram escritas. Eles consideram o campesinato como um resíduo social em processo de desintegração, relacionado ao avanço do modo de produção capitalista, que, no seu desenrolar produzia de forma linear somente duas classes sociais: o proletariado e a burguesia³.

Na perspectiva heterodoxa, buscamos, nas teorias elaboradas por Alexandre Chayanov (2014) e de Rosa Luxemburgo (1985) a instrumentalização da compreensão do processo reprodutivo do campesinato e os processos que derivam na articulação à estrutura produtiva do modo de produção capitalista. Nesta compreensão, o capital não aniquila as formas econômicas e societárias não capitalistas, ao contrário, ele as mantém de forma subordinada ao processo de acumulação capitalista.

³ Vale lembrar que o próprio Marx nos rascunhos em resposta à carta de Vera Zasulich lembra que a análise efetivada no *Capital* aplica-se ao processo de expansão do capitalismo no campo tal como experimentado pelos países da Europa Ocidental (SHANIN, 2017).



Orientamos-nos, inicialmente, a partir das *teorias dos sistemas econômicos não capitalistas e da dinâmica interna do campesinato*, de Chayanov (2014). O núcleo de sua teoria se fundamenta no balanço interno da unidade de produção camponesa, entre trabalho (produção) e consumo, que constitui um mecanismo de regulação interna, objetivos e da racionalidade produtiva existente no campesinato. A partir da teoria do equilíbrio trabalho-consumo, construída sobre estudos da racionalidade interna da economia camponesa, podemos compreender, o processo de reprodução social ampliada do campesinato em perspectiva intergeracional e sua permanência na terra.

Sobre esse processo de reprodução do campesinato, trazemos o referencial de Luxemburgo (1985), que também se opõe à interpretação da linearidade do pensamento marxista ortodoxo no que se refere à pulverização do campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Na *teoria da acumulação ampliada do capital*, a autora concentra seus estudos nos espaços vazios do capitalismo, no que se refere ao processo da reprodução do capital. Por esta compreensão, as sociedades camponesas não se limitam a subsistir, ao contrário, elas se constituem polos garantidores da reprodução ampliada do capital.

Outro elemento conceitual por nós colocado é a dinâmica da reprodução ampliada do campesinato, caracterizado a partir do processo de derivação e permanência do campesinato na terra em uma perspectiva intergeracional. Nos orientamos, neste contexto, a partir dos referências de Oliveira (1987). O autor coloca que, estamos diante do processo de reprodução ampliada do campesinato. Este processo decorre da reunião das atividades desenvolvidas pelos camponeses na sua economia doméstica, combinadas com outras atividades, que possam gerar maior volume em dinheiro, capaz de atender as necessidades de consumo das famílias, e, assim, possibilitar a permanência intergeracional da população no campo.

Os contextos teóricos expostos acima nos deram fundamentação para a compreensão da materialidade dos processos, contudo, o estudo da empiria nos trouxe relações de proximidade com a dinâmica vivida e as contradições dos processos e relações sociais. Para tanto, se fez necessário nos ampararmos de uma concepção de método e recursos metodológicos que pudessem dirigir as interpretações mais concretas da realidade.

Metodologia

Na perspectiva empírica, realizamos a pesquisa nos assentamentos localizados no município de Sapé, Estado da Paraíba: Santa Helena, Rainha dos Anjos, Boa Vista, 21 de Abril, Nova Vivência e Padre Gino. Os assentamentos descritos absorveram, inicialmente, 545 (quinhentas e quarenta e cinco) famílias. Após transcurso temporal que permitiu o processo de



reprodução socioterritorial das famílias em diferentes gerações, constam na atualidade, totalizam 954 (novecentos e cinquenta e quatro) famílias.

Realizamos uma pesquisa qualitativa com aplicação de questionários semiestruturados que nos subsidiaram, do ponto de vista das interpretações sociais e geográficas. A à pesquisa de campo caracterizada pela intervenção com aplicação de questionários, realização de entrevistas, registro fotográfico e das relações socio-reprodutivas das famílias, realizada entre os meses de março a julho de 2018 (pesquisa para qualificação), com um intervalo, e retomada em dezembro de 2018 a dezembro de 2019. Foram realizadas 38 (trinta e oito) incursões de campo, onde pretendíamos também observar os processos e mudanças naturais, os elementos sazonais de produção, as dificuldades econômicas vividas pelo contingente demográfico, bem como os processos de assalariamento e desemprego observados no curso de um ano.

No que se refere do método, optamos pelo materialismo histórico e dialético⁴, tendo em vista que os pontos presentes na teoria marxista são basilares para esta proposta de estudo, a exemplo: a ideia de movimentos e de transformações constantes e contraditórias da história, e o caráter de totalidade nos processos sociais que marcam a produção do espaço e a reprodução social vivida.

Resultados e Discussões

As famílias ampliadas podem reunir não só indivíduos tipificados pelos laços parentais no processo de reprodução social, mas agrupam outros sujeitos que são integrados à terra e ao processo produtivo e de reprodução das famílias. Ressaltamos que, neste trabalho, privilegamos o conceito de Chayanov de *famílias ampliadas*, por compreendermos que ele se aproxima teoricamente, de maneira substancial do objeto pesquisado, que se remete às famílias assentadas, que se ampliaram, constituindo um composto populacional formado por várias famílias.

Essa organização social é por nós utilizada na compreensão sobre a reprodução camponesa em uma perspectiva intergeracional. Sinalizamos que, nesta organização, não há uma distinção quanto aos processos reprodutivos na terra, mesmo que as relações sociais se imbriquem em uma complexa divisão social e econômica do trabalho. Esses processos ressoam também nas contradições exercidas pelo tamanho da população, a exemplo da pressão demográfica exercida e o assalariamento.

⁴ A leitura deste método de interpretação está baseada em Marx (2013), que também chamamos de marxismo, que tem como concepção filosófica o processo de mutação dos fenômenos, e sua inserção num determinado contexto social.



Chayanov (2014) disserta que o tamanho da família se constitui como elemento lógico da racionalidade produtiva e social camponesa, ou seja, a razão consumidores/produtores será o elemento caracterizador da intensidade de trabalho e resultado da produção da família. Assim, a disposição de força de trabalho da família, para a realização interna ou externa, seria regida pelas suas próprias necessidades da família ampliada. Desse modo, o trabalho dispendido pela família traria resultados no que se refere à satisfação das necessidades do grupo.

Na compreensão do autor, a unidade camponesa de produção é familiar. A “família, equipada de meios de produção utiliza a sua força de trabalho”, canaliza sua produção para “obtenção de um resultado que lhe possibilite a aquisição de uma certa quantidade de bens” (CHAYANOV, 2014, p.105), em atendimento das suas necessidades internas.

O camponês ou artesão que gere a sua própria empresa, se recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste, custos de produção materiais necessários durante o ano; fica, então, o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano (CHAYANOV, 2014, p. 105).

A partir desta compreensão, entendemos que o limite da reprodução camponesa é a provisão de sua subsistência, e esta, está diretamente relacionada ao número de bocas/integrantes que possui sua família, ou seja, ao atendimento das necessidades das famílias. Quando as necessidades de subsistência da família são atendidas, a quantidade de trabalho dispendida tende a diminuir. A partir dessa lógica, o autor estabelece o núcleo principal da teoria sobre o balanço existente entre consumo familiar e exploração da força de trabalho.

A teoria do balanço entre trabalho e consumo tem no fator demográfico e, conseqüentemente, nas necessidades da família, o ponto de partida para entendermos a exploração do trabalho e a economia camponesa. É o tamanho da família que vai demandar consumo, e determinar a intensificação do trabalho. Para Chayanov:

A importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e – o que é particularmente importante – pelo grau de autoexploração, graças ao qual os ativos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano (CHAYANOV, 2014, p. 106).



Para Chayanov, o trabalho camponês persegue como fim a satisfação de suas necessidades, onde o objetivo das operações e transações econômicas da família camponesa é a subsistência, qualquer outro resultado e não a obtenção de uma taxa normal de lucro. Na compreensão do autor, o camponês não tende a ultrapassar um limite de trabalho fixado pelas necessidades de consumo que surgem com a ampliação da família. “O grau de autoexploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho” (*Ibidem*, 2014, p. 106).

Assim, a lógica da produção camponesa e o grau de intensificação do trabalho tem no tamanho populacional da família o fator que determinará o grau de exploração de sua força de trabalho familiar. Desse modo, tão logo as famílias se ampliem em uma perspectiva intergeracional, com a incorporação de novos membros, a unidade de produção aumenta consecutivamente as necessidades de consumo, que são eficazmente atendidas por uma estrutura de produção mais flexível, capaz de congrega as atividades produzidas na unidade de produção e as atividades realizadas fora dela. Essa maior flexibilidade produtiva só se torna possível mediante a composição ampliada de seus membros.

Esse mecanismo seria então a chave para a compreensão do processo de reprodução social camponesa em caráter intergeracional. O composto familiar intergeracional constitui um arranjo socioeconômico, que além de dirigir objetivamente a unidade de produção se constitui como um composto de força de trabalho disponível tanto para viabilizar o trabalho na unidade de produção, bem como conformar um contingente de força de trabalho a ser subordinado-vendido na intenção de captar mais rendas para a manutenção do consumo do grupo familiar.

Esta lógica da reprodução camponesa contempla o processo de reprodução simples, o que se diferencia do processo de reprodução do capital, que se dá de forma ampliada. Na compreensão marxista, a produção mercantil capitalista, ou seja, a sua reprodução, é representada pela fórmula $D-M-D'$, o que significa dinheiro, mercadoria e mais dinheiro, ou seja, o dinheiro (D) inicialmente investido na produção (para a compra de máquinas, matérias primas e força de trabalho) produz mercadorias (M), que, ao serem comercializadas, contêm um retorno monetário superior, inicialmente investido, possibilitando mais dinheiro (D'), e a acumulação do capital (MARX, 2013).

Já a reprodução camponesa, por definição, é uma reprodução de economia mercantil de circulação simples. O camponês e sua família vendem para poder comprar. O resultado da



produção de mercadorias (M) é vendido para a obtenção de dinheiro (D), para a aquisição de outras mercadorias (M) que não são produzidas por eles, mas são necessárias à reprodução do grupo familiar, resultando no esquema: M-D-M.

Para Marx (2013):

(...) a repetição ou renovação do ato de vender para comprar tem sua pauta e sua meta como o próprio processo, num fim último exterior a ele: no consumo e na satisfação de determinadas necessidades (...) A circulação simples de mercadorias, o processo de vender para comprar, serve de meio para a consecução de um fim último situado fora da circulação: a assimilação de valores de uso (MARX, 2013, p.p. 124-125).

Assim, compreendemos que a produção camponesa não visa fundamentalmente o lucro, mas a sobrevivência do grupo familiar. Sua organização societária fundamenta-se no controle da força de trabalho e dos meios de produção, e é regida por uma autonomia relativa, localmente construída, onde o camponês e suas famílias sejam ao mesmo tempo produtores para o autoconsumo e produtores de excedentes (produtivos e de força de trabalho). Essa organização permite sua recriação e reprodução orientadas por uma dinâmica de saberes e usufruto do patrimônio de geração a geração.

Em continuidade, para fundamentar nossa compreensão sobre o processo de reprodução camponesa intergeracional e a dinâmica socioterritorial que está contida neste processo, trazemos o referencial de Oliveira (1987). O autor compreende a dinâmica intergeracional pelo campo reprodutivo, ou seja, pelo processo orientado a partir do atendimento das necessidades de razão social e econômica das gerações que compõem o campesinato a partir do uso integrado do território e do conjunto articulado de estratégias internas, que lhes permitirão condições financeiras mais estáveis, possibilitando assim, a reprodução e permanência camponesa em uma perspectiva intergeracional. Nas palavras do autor:

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo, a atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meios da produção direta ou por meio da troca monetária. Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e, com isso,



assegurar o processo de reprodução ampliada do camponês. (OLIVEIRA, 1987, p. 71).

Na compreensão do autor, estamos diante do processo de reprodução ampliada do campesinato. Este processo decorre da reunião das atividades desenvolvidas pelos camponeses na sua economia doméstica, combinadas com outras atividades, que possam gerar maior volume em dinheiro, capaz de atender as necessidades de consumo das famílias, e, assim, possibilitar a permanência intergeracional da população no campo.

A rigor, as estratégias desenvolvidas pelos camponeses para a sua reprodução social ampliada se dão em torno da extensão das atividades agrícolas. Assim, a realização das atividades paralelas, entre elas, o trabalho acessório e sazonal, se articula às atividades agrícolas, o que irá acrescentar renda na composição do orçamento familiar, capaz de atender as necessidades, também ampliadas, de consumo, derivada do novo desenho populacional expandido pelas novas gerações.

Em suma, os autores supracitados compreendem que os processos que dirigem a unidade familiar de produção camponesa são orientados pela sua dinâmica interna estabelecida entre as necessidades de consumo e capacidade de trabalho do grupo familiar. Essa razão econômica própria é, entre outras coisas, o elemento diferencial do ponto de vista do capitalismo, bem como o elemento concatenador do processo de derivação familiar intergeracional na terra, pois suas necessidades e problemas são ordenados, resolvidos e atendidos na coletividade.

Os elementos que possibilitam a reprodução socioterritorial intergeracional e a permanência das famílias ampliadas dos assentamentos da Reforma Agrária, conforme obtidos em pesquisa, são: a) acesso comum à fração territorial representada pelo lote da Reforma Agrária; b) obtenção dos recursos provindos dos programas de produção e comercialização; c) ampliação da produção a partir da incorporação do excedente disponível de força de trabalho; d) capacidade de abastecimento alimentar; e) possibilidade de moradia; f) ampliação dos rendimentos pelo desenvolvimento das atividades paralelas, internas e externas, medidas pela venda da força de trabalho; g) ampliação da renda provinda do programa de distribuição –Bolsa Família; h) acesso e compartilhamento das rendas provindas das aposentadorias da família nuclear; e i) possibilidade de ampliação da capacidade de consumo das famílias. Estes elementos se apresentaram durante a pesquisa empírica como basilares para entendermos a dinâmica territorial coletiva e os processos que derivam na recriação das famílias ampliadas nos lotes.

Entretanto, não queremos aqui traçar uma visão romantizada quanto ao processo de recriação e reprodução das famílias de moldura ampliada nos lotes dos assentamentos.



Compreendemos que seu modelo flexível tem dupla função, tanto atende aos interesses do campesinato bem como aos interesses de reprodução ampliada do capital, pois se conforma como uma potencial reserva de força de trabalho a ser explorada, ou seja, esta moldura serve as duas estruturas produtivas, sendo a primeira subordinada à segunda.

Essa organização familiar também remete a um dos processos de transmutações da centralidade do trabalho como processo ativo e constante. A moldura familiar ampliada se constitui como condição para a conformação e armazenamento da força de trabalho (aqui observada a força de trabalho camponesa). Esta, primeiramente, é utilizada nas relações de produção domésticas de valores de uso e, posteriormente, quando excedente, se conforma, enquanto valor de troca, no processo de venda da força de trabalho ao capital.

Paulino e Almeida (2010, p. 33) colocam que, quando “as atividades não agrícolas em determinado momento oferecem ganhos superiores à produção agrícola”, ou, quando a pressão demográfica exercida pelo tamanho do contingente populacional no lote reduz a capacidade de manutenção das famílias a partir da produção agrícola, “a força de trabalho excedente tende a ser drenada para trabalhos acessórios/sazonais/assalariados. Esse processo é realizado no intuito de alcançar o equilíbrio interno de forma mais rápida”, frente às limitadas capacidades da pequena fração de terra representada pelos lotes.

Assim, compreendemos que o processo de territorialização via Reforma Agrária não prevê as transmutações sociais, que são históricas e determinadas pelas relações de produção de cada época e contexto social no qual o campesinato está inserido. O contingente populacional ampliado, enquanto força de trabalho excedente, mesmo após territorialização, continua subordinado ao capital, sendo o seguimento intergeracional dos agregados os sujeitos mais vulneráveis às brutais contradições do processo de reprodução ampliada do capital.

Neste sentido, a partir de Luxemburgo (1985) e Oliveira (1999), compreendemos que a conformação dos agregados da Reforma Agrária e o processo de reprodução social do contingente populacional ampliado nos assentamentos está inserido entre a lógica das contradições do próprio movimento desigual de sua formação social. Desse modo, como o capitalismo em suas contradições reproduz as relações não capitalistas de produção, estas, quando se recriam e se reproduzem, simultaneamente, reproduzem também a estrutura dominante. Assim, a reprodução intergeracional do campesinato, ao passo que se constitui como processo de reprodução e reestruturação interna, também se constitui como braços para o capital, ou seja, potencial capacidade de força de trabalho disponível ao capitalismo.

Luxemburgo (1985) coloca que a contradição dos espaços vazios deixados por Marx no Livro II entre produção e consumo só reaparece no Livro III. Assim, os esquemas da reprodução



do capital do Livro II, onde a expansão capitalista se dá pela própria relação capitalista entre suas classes, não responde às contradições do próprio capitalismo. Contudo, no Livro III, a leitura sobre a reprodução capitalista é vinculada à articulação desta com as sociedades não capitalistas, por exemplo, a camponesa, o que demonstra que a expansão do capitalismo se dá para além de suas fronteiras, havendo, portanto, necessidade de manutenção das estruturas divergentes para estrategicamente desenvolver seu processo de reprodução e acumulação ampliada.

Marx (2017, p. 185) afirma, no Livro III, que “as condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas, também, conceitualmente”, denotando a característica dialética e as contradições internas das relações sociais de produção e, conseqüentemente, do modo de produção capitalista.

Com base neste entendimento, Luxemburgo (1985) afirma que nunca existiu uma sociedade cuja forma de produção funcionasse exclusivamente sob a forma capitalista. Ocorre uma coexistência entre as formas capitalistas de produção e as não capitalistas, desde que a segunda favoreça o processo de acumulação da primeira.

Sobre isso, a autora expõe:

(...) a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sem estes modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob este prisma, ela consiste na multiplicação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E, é nesse ponto que começa o impasse. Alcançando o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica - a acumulação torna-se impossível: a realização e capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).



Na interpretação de Luxemburgo (1985), o desenvolvimento do capitalismo no campo não preconiza necessariamente a aniquilação do campesinato. Com efeito, já estamos no século XXI e o campesinato ainda não se desintegrou, mas se reproduziu, se transformou e se recriou, mesmo que de forma subordinada e com menor representatividade do que no passado, a partir do peculiar movimento contraditório contido no próprio modo de produção capitalista.

Neste sentido, a conformação de um contingente familiar camponês ampliado caracterizado pela perspectiva de permanência intergeracional na terra, que é nosso objeto de pesquisa, se constituirá em parte como um processo de resistência e recriação, bem como um processo de subordinação, tendo em vista a canalização deste contingente a ser ocupado em posição estratégica pelo capital.

Desse modo, a composição das famílias ampliadas representa um congregado mais vantajoso e flexível no que se refere à amplificação das capacidades de trabalho para a produção familiar ou, como disposição da força de trabalho para ser vendida na perspectiva de obter mais renda e, concomitantemente, prover a manutenção de um certo equilíbrio entre população, trabalho e renda. Tal compreensão se aproxima dos argumentos desenvolvidos por Esther Boserup (1987) no que se refere à intensidade de trabalho despendida pelos camponeses quando se debatem com um momento de tensão produtiva, que é resolvida, inicialmente, pela elevação demográfica.

Para a autora, a intensidade do montante de trabalho por ano, despendida por cada trabalhador, é uma correspondente queda na produtividade de trabalho medida por hora aplicada, isto é, ao lado do crescimento da produtividade por unidade de área, proporcionado pela agricultura de maior intensidade, reduzir-se-ia a produtividade por unidade de trabalho (BOSERUP, 1987). Ou seja, para reduzir o esforço da intensidade do trabalho para atender às necessidades de consumo das famílias exercida pela pressão demográfica, mais indivíduos são localizados no processo de venda da força de trabalho adicional.

Nesse ponto, Chayanov (1966, p. 78) nos adverte que “o volume de trabalho das famílias depende inteiramente do número de consumidores e, não de todo, do número de trabalhadores, sendo aqui considerados os idosos e as crianças”, preestabelecendo uma lógica peculiar do seu processo reprodutivo. Quanto maior a razão consumidores/produtores tanto mais alta será a intensidade do trabalho dos produtores (eles também são consumidores). O autor ainda acrescenta que a incorporação ao processo produtivo de uma adicional força de trabalho familiar, ao passo que irá reduzir o esforço coletivo, atenderá as necessidades produtivas e reprodutivas internas, também convergirá na diminuição das possibilidades de ver o seu produto aumentado, dado a ampliação dos consumidores. Esta compreensão é colocada por Chayanov



(2014, p. 168), a partir da teoria dos rendimentos decrescentes, onde, à medida que um “novo membro for adicionado ao conjunto da mão de obra familiar, a fração de produto suplementar que ele obtém com o seu trabalho tende a zero” e, a parcela correspondente à renda individual decresce.

Neste ponto, as famílias ampliadas pelo segmento intergeracional enfrentam suas tensões e contradições internas resultantes da pressão demográfica. A princípio, as tensões possuem resolubilidade interna, como a ampliação de suas capacidades produtivas, o aumento da jornada de trabalho, uso intensivo da terra, uso de mais frações de terra. Também encontram soluções externas caracterizadas pelo processo de mobilidade da força de trabalho, via migração, seja ela pendular, sazonal ou definitiva, caracterizando, assim, o processo de sujeição real da força de trabalho camponesa ao capital.

Quanto às áreas rurais, elas não se transmutam eficazmente do ponto de vista do desenvolvimento do capital. Isto é, permanecem utilizando majoritariamente a força de trabalho familiar, dependem dos elementos naturais e possuem pouca capacidade de ampliação técnica em decorrência de sua limitada estrutura fundiária como, por exemplo, os lotes dos assentamentos da Reforma Agrária. Desse modo, ocorre o processo de desvio do contingente populacional excedente, que não consegue ser absorvido na unidade de produção.

De acordo com Moreira e Targino (1997, p. 225), a dominação do capital sobre a agricultura torna excedente uma parcela significativa da população de trabalhadores rurais, “em decorrência da composição orgânica do capital das mudanças nas relações sociais de produção e das transformações no uso do solo requeridas pela sua metamorfose em mercadoria”. Desse modo, o desvio deste contingente se torna inevitável. E, assim, o valor do trabalho contido na população rural excedente que é drenado, amplia o valor do trabalho não retribuído sorvido pelo capital.

Assim, “os trabalhadores coabitam o coração da contradição entre sua estrutura social e econômica e o capital, como estrutura capaz de absorvê-los”. Neste sentido, “eles se submetem às férreas determinações do processo de valorização do valor”, embora em sentidos radicalmente distintos, pois, o aumento da população implica também no aumento do custo de sua reprodução (OLIVEIRA, 1977, p. 149). Neste sentido, o segmento intergeracional dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, ou seja, seu excedente de força de trabalho, encontra-se diante de um conflito direto atribuído pela pressão demográfica interna e ampliação das suas necessidades de consumo. Desta tensão, resulta um saldo caracterizado pelos processos de migração/mobilidade da força de trabalho.



Por este contexto, Singer (1973, p. 197) compreende que os territórios rurais onde se processam a dinâmica da ampliação e permanência dos segmentos populacionais como “viveiros populacionais”, ou seja, fração de terras com excedente demográfico disponível ao capital a partir das relações de subsunção e da subordinação direta, caracterizada, por exemplo, na migração.

Singer (1973) vincula o processo de migração, de forma majorada, ao processo de industrialização. Esta, iniciada em sítios urbanos, atrai populações de áreas próximas, entre elas, as áreas rurais, movidas pelo progresso técnico, pelas vantagens do ponto de vista salarial, do abastecimento e do uso dos bens e serviços. Ou seja, constituem fenômenos históricos condicionados pela manifestação das condições específicas do momento de desenvolvimento social e econômico.

O autor coloca que, no capitalismo, as teorias sobre o processo migratório levam em consideração a magnitude dos preços dos salários dos mecanismos de mercado, ocultando a considerável manipulação política, ou seja, ela é parte do processo institucionalizado pelo capital de acelerar a acumulação (SINGER, 1973). Este processo cria um composto demográfico cada vez mais dependente e subordinado, ou seja, se constitui como expressões humanas cada vez mais orientadas para a dependência ao capital, tanto para se reproduzir, como para consumir.

As migrações se dão de maneira interna e externa, o que irá determiná-las será o grau do processo de desenvolvimento das forças produtivas nas frações do território. As “migrações internas são meros mecanismos de distribuição espacial e territorial das populações que impelem determinados grupos a pôr-se em movimento, inserem-se no rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1973, p. 32).

Inicialmente, a dinâmica migratória interna ocorre de forma paralela, ou seja, os camponeses intercambiam as atividades desenvolvidas na terra da família com as atividades desenvolvidas fora, acessórias. Verificamos, na pesquisa, que 91% das famílias ampliadas possuem, entre seus membros, indivíduos que se ocupam em atividades acessórias, tanto internas e externamente na agricultura, como em atividades fora da agricultura (Ver Tabela 1).

Tabela 1- Percentual de ocupação em atividades acessórias

Internamente na agricultura (no próprio assentamento)	29,6%
Na agricultura fora do assentamento	30%
Fora da agricultura	40%

Fonte: Pesquisa direta (2019)



A força de trabalho excedente nas famílias, inicialmente, é acomodada no próprio assentamento e posteriormente nas fazendas, nos sítios circunvizinhos ou, mesmo, nas cidades mais próximas ou em atividades individuais não agrícolas (corte de cabelo, faxina etc.), combinadas com as atividades agrícolas. Posteriormente, ela é absorvida externamente ou em trabalhos sazonais, em épocas de safra da cana-de-açúcar ou do abacaxi. A sazonalidade é um período habitual de assalariamento de forma pendular, desenvolvida nos assentamentos, principalmente pelo segmento intergeracional.

Nestes aspectos, a drenagem demográfica não significa, necessariamente, o processo de desagregação, pois não cinde seu núcleo central. O paralelismo dessa forma de migração garante maior flexibilidade ao processo reprodutivo do campesinato, onde os trabalhadores podem combinar os diferentes trabalhos na obtenção de mais renda, pois, não implica em saída do campo.

No que se refere ao processo migratório externo, este assume um caráter mais radical do ponto de vista socioterritorial. Ele ocorre quando as condições de combinação entre os arranjos internos e externos não conseguem mais materializar a sustentação das famílias. Assim como descrito no processo anterior, esta forma de migração é encabeçada pelos trabalhadores solteiros novos, ou seja, pela força de trabalho excedente que ainda não constituiu família.

A migração externa assume um caráter permanente quando os trabalhadores enfrentam a estranheza do labor e dos territórios. Eles se rebatem, se depauperam e se transformam, deixam de ser camponeses e completam a saga da exploração histórica dessa força de trabalho, deslocando-se para áreas urbanas, do também histórico eixo Nordeste-Sudeste. Este movimento afeta diretamente o processo produtivo na parcela rural, aqui em específico, os lotes da Reforma Agrária, pois, com a diminuição da disposição da força de trabalho, que foi migrada, e, devido às limitações técnicas e financeiras, a produtividade na área rural tende a cair, não sendo capaz de gerar excedente comercializável, toda a produção é vertida ao consumo.

O consumo das famílias é diretamente determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, pela sua capacidade de gerar renda. Assim, o movimento de migração irá rebaixar o valor do seu produto, por sua aliança com o fundo de subsistência da família camponesa, que se acentua, sendo assim necessária a recomposição orçamentária via migração.

Neste sentido, compreendemos que os camponeses e suas famílias estão inseridos em uma cinemática social constante, compreendida pelos movimentos de territorialização e expulsão/permanência e migração. Assim, as famílias ampliadas, em específico os agregados, estão envoltas em um paralelismo econômico e social, que retroalimenta as estruturas produtivas camponesa e capitalista, sendo, esta última, beneficiada por esta moldura, pois se



apropriada dela para ampliar sua taxa de acumulação a partir dos diversos mecanismos, sejam eles pela absorção do resultado do trabalho familiar ou pela migração.

Desse modo, a migração se expressa como um processo de circulação da força de trabalho, para atender as necessidades do capital. Para amplificar nosso entendimento, buscamos o referencial de mobilidade da força de trabalho. Tal referencial possibilita uma melhor leitura sobre os processos de disposição da mercadoria força de trabalho nos circuitos de acumulação capitalista, bem como auxilia na compreensão das dinâmicas geográficas do trabalho, às quais está envolvido o segmento intergeracional da Reforma Agrária, entre elas a mobilidade do trabalho.

A mobilidade do trabalho é a capacidade de transmutação do indivíduo em relação ao processo produtivo e outras formas que aparecem explícitas, constituindo-se condição para o seu uso pelo capital. Por esta compreensão, analisamos os deslocamentos dos sujeitos sociais como o proletariado, o campesinato assentado/agregado, as comunidades tradicionais, entre outros, enquanto força de trabalho móvel circunscrita ao processo de valorização do capital. Nos apropriamos do conceito de *mobilidade do trabalho* a partir de Gaudemar⁵ (1977).

Gaudemar (1977) resgata o caráter triplo da mercadoria força de trabalho: valor de uso, valor de troca e inserção no mercado. Enquanto valor de uso e valor de troca, ela está dimensionada no duplo caráter de todas as mercadorias, associa-se a isto o fato delas estarem dispostas no mercado em liberdade. A terceira característica remete-se à compreensão diferenciada do processo e à diferenciação em relação às demais mercadorias: o fato dela ir sozinha ao mercado. Em suma, é o trabalho que determina o duplo caráter constituinte nas mercadorias (valor de uso e valor de troca). Da mesma forma, “são os homens que, pela sua mobilidade, alimentam o mercado das suas forças de trabalho” (GAUDEMAR, 1977, p. 201).

A tese central da mobilidade do trabalho alimenta-se da relação orgânica entre o processo de acumulação do capital e a mobilidade do trabalho. Isto é, o capital controla a demanda por trabalho, na medida em que ela é determinada pelo montante e pelo ritmo da acumulação. Por outro lado, o capital também exerce controle sobre a oferta de trabalho, seja pela elevação da composição orgânica do capital seja pela mobilidade da força de trabalho.

⁵ A mobilidade da força de trabalho é assim, em primeiro lugar, como a condição de exercício da sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital de se tornar mercadoria, cujo consumo criará valor e assim produzirá capital. (...) A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações de jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior (GAUDEMAR, 1977, p. 190-194).



Vale dizer que “nem a oferta nem a procura de trabalho (sejam) movimentos independentes”, pois, o capital age dos dois lados ao mesmo tempo (GAUDEMAR, 1977, p. 277).

Por essa perspectiva, a mobilidade do trabalho torna-se condição da existência da reprodução ampliada do capital. A força de trabalho apresenta-se móvel num tríplice entendimento: em relação à duração da jornada de trabalho; em relação ao conteúdo do trabalho; e em relação ao espaço. Interessa ao estudo, de modo particular, o último aspecto, a mobilidade espacial que se manifesta através da migração. Pelo fato de dispor da mercadoria força de trabalho livre no aspecto jurídico e, livre dos meios de produção, ou seja, livre para o capital, como ocorre, por exemplo, com o segmento agregado quando migra.

Quando a força de trabalho da unidade de produção familiar se torna excedente, dada a pressão demográfica e a incapacidade de ser absorvida na unidade de produção, ela tende a migrar. Quando se desloca, ela se subordina, enquanto classe trabalhadora, às exigências do capital. Via de regra à mobilidade espacial está associada a mobilidade da duração do trabalho e a mobilidade do conteúdo do trabalho. O migrante tem que aceitar o trabalho que aparecer e nas condições impostas pelo empregador. O migrante perde o controle da duração do trabalho, do setor em que se ocupa e do lugar onde trabalha: “na mobilidade do trabalho, manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada (GAUDEMAR, 1977, p. 19).

Assim, a mobilidade do trabalho do segmento agregado é compreendida como processo de subordinação e transformação da força de trabalho, em sua multiplicidade enquanto forma, intensidade e dinâmica territorial. Neste sentido, essa força de trabalho passa a ser utilizada durante “um máximo de tempo, mas, além disso, em qualquer momento do dia”, em qualquer lugar, e sob qualquer especificidade. Ou seja, é a “utilização desmesurada da elasticidade, no tempo, no espaço e na forma” (GAUDEMAR, 1977, p. 219-220).

Neste sentido, compreendemos que tanto o permanecer, quanto o mover-se como dinâmicas geográficas referem-se ao uso capitalista do trabalho do espaço e do território. Estas dinâmicas da força de trabalho individual e social, estão atreladas às capacidades de subsunção da mais-valia ou da renda extraída.

Por este prisma, a mobilidade do trabalho do segmento intergeracional dos assentados da Reforma Agrária é inerente à temporalidade e espacialidade da valorização do capital, sendo, aqui, observado a partir das dinâmicas geográficas da permanência e da migração, “como processos que desvelam os modos como o capital tem reestruturado as formas para se valorizar, simultaneamente ao processo produtivo e às relações de produção” (PINEROS, 2018, p. 227).



Assim, a ampliação das famílias, caracterizada pelo segmento intergeracional da Reforma Agrária, da mesma maneira que amplia a capacidade de recriação e permanência do campesinato, retroalimenta o processo de acumulação capitalista, pois este, apesar de tratar de uma reprodução social diferente à formação social do capital, não está descolado da sociedade, pelo contrário, encontra-se subordinado, mesmo com toda a sua criatividade em escapar das cercas impostas pelo capital. Deste modo, a permanência (imobilidade) e a mobilidade do trabalho como relações sociais e territoriais, são dinâmicas fundamentais para a acumulação capitalista, pois os dois paralelos, em suas proporções, possibilitam a reprodução da força de trabalho.

Considerações Finais

A reprodução do campesinato intergeracionalmente, ou seja, a capacidade de garantir a permanência dos seus na terra, mantendo-a como um patrimônio produtivo, social e sucessório, é um dos objetivos do devir camponês, e simboliza conquista, resultado da luta e do trabalho. A sociodinâmica da intergeracionalidade do campesinato nos remete ao processo de construção das territorialidades, das resistências e experiências peculiares do campesinato, entre elas, a sucessão, que se caracteriza pela práxis social construída e transmitida entre os seus iguais. Esta temática nos revelou a dinâmica viva do processo de recriação das relações estabelecidas entre gerações, que se estabelecem pelo acesso à terra, e os mecanismos de socioreprodutivos estabelecidos a partir dela, como elemento comum e promotor da reprodução.

A compreensão sobre o processo de reprodução ampliada do campesinato e do socioterritorial intergeracional se dá a partir das relações de trabalho, desenvolvidas e imbricadas entre as gerações na terra, representada pelo lote da Reforma Agrária, que lhes possibilitam sua recriação enquanto camponeses. Os mecanismos de reprodução nesta fração territorial expandem as territorialidades, garantem a coesão e capacitam a unidade familiar de produção enquanto um patrimônio de uso comum e mantedora das famílias camponesas na terra.

Assim, tão logo as famílias se ampliem em uma perspectiva intergeracional, com a incorporação de novos membros, a unidade de produção aumenta consecutivamente as necessidades de consumo, que são eficazmente atendidas por uma estrutura de produção mais flexível, capaz de congrega as atividades produzidas na unidade de produção e as atividades realizadas fora dela. Essa maior flexibilidade produtiva só se torna possível mediante a composição ampliada de seus membros.



Atrelado a estes processos, na tentativa de corrigir as desproporções entre a capacidade produtiva e o excedente populacional, os camponeses realizam, também, atividades que se intercambiam ao trabalho na unidade de produção em período de tensão, o que requer a venda da força de trabalho excedente no intuito de captar rendas e, assim, manter a família e sua ampliação na terra.

O composto familiar ampliado na perspectiva intergeracional constitui um arranjo socioeconômico, que além de dirigir objetivamente a unidade de produção se constitui como um composto de força de trabalho disponível tanto para viabilizar o trabalho na unidade de produção, bem como conformar um contingente de força de trabalho a ser subordinado-vendido na intenção de captar mais rendas para a manutenção do consumo do grupo familiar. Assim, do mesmo modo que o campesinato consegue se reproduzir ampliadamente e permanecer na terra, se amplia também o processo de absorção e subordinação ao processo reprodutivo do capital.

O capital, em seu conjunto de estratégias, reforma, cria novos mecanismos que permitem tanto a manutenção de sua expansão, bem como a antevisão de táticas não explícitas, mas que garantem a ampliação do controle dos elementos de sua composição orgânica (relação entre capital constante e capital variável), mesmo que, nesse bojo, o processo de reprodução socioterritorial intergeracional não esteja a explicitar essa percepção. Desse modo, esta pesquisa objetiva-se em apreender as contradições e os desdobramentos decorridos na constituição do campesinato e nas frações dos territórios reformados.

Assim, diferentemente do processo de acumulação primitiva, que consiste em despossuir os trabalhadores de seus meios de produção, a acumulação ampliada do capital necessita da conformação de um contingente populacional em seus domínios espaciais e territoriais peculiares, ou seja, não dominados totalmente pelo capital. Isso para contribuir com a elevação da taxa de acumulação, se apropriando da força de trabalho e das rendas da terra e do trabalho, dando continuidade incessante ao processo de acumulação originária. Assim, na dialética da acumulação ampliada, o capital sorve as rendas geradas pelo trabalho familiar na terra a partir dos mecanismos de sujeição real. Para não retribuir o valor do trabalho que necessita, são mantidas relações contraditórias para justamente manter a ordem maior do capitalismo, que é acumular.

Referências Bibliográficas

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.



BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Editora Hucitec, Editora Polis, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. **The Theory of Peasant Economy**. Homewoos- Ilinois: The American Economic Association, 1966.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas econômicas não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Livro II.: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Território e Migração: discussão conceitual na Geografia**. São Paulo: USP, (mimeo), 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINEROS, Lizarazo, Robinzon. Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohídronegócio de cultivos flexíveis. Palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. 2018. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2018.

SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a via russa – Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.